



RECIFE: DE QUEM É A CIDADE?

JOSÉ VICTOR DE OLIVEIRA LIMA⁷⁵

RESUMO: O centro do Recife tem passado por várias transformações ao longo da última década. Novos empreendimentos imobiliários de empresas privadas, sob concessão da prefeitura, alteram a paisagem do centro da cidade com o intuito de promover o turismo, a utilização dos espaços na região e o crescimento e desenvolvimento econômico da capital. O objetivo deste trabalho é, por meio do conceito do direito à cidade do geógrafo britânico David Harvey, presente em sua obra *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*, como também, o movimento Ocupe Estelita e o projeto Novo Recife, mostrar como essa ocupação do centro expõe uma verdadeira privatização e limitação de parte da cidade, onde o capital financeiro é o único objetivo, além da exclusão de grande parte da população à esses novos espaços.

Palavras-Chave: Recife; Direito à cidade; Ocupe Estelita; Privatização.

ABSTRACT: *The center of Recife has undergone several transformations over the last decade. New real estate developments by private companies, under concession from the city hall, alter the landscape of the city center with the aim of promoting tourism, the use of spaces in the region and the economic growth and development of the capital. The objective of this work is, through the concept of the right to the city of the British geographer David Harvey, present in his work *Cidades Rebeldes: from the right to the city to the urban revolution*, as well as the Ocupe Estelita movement and the Novo Recife project, to show how this occupation of the center exposes a true privatization and limitation of part of the city, where financial capital is the only objective, in addition to the exclusion of a large part of the population from these new spaces.*

Keywords: Recife; Right to the city; Occupy Estelita; Privatization.

⁷⁵ Graduando do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais/UFRPE



INTRODUÇÃO

É notável a rápida transformação na paisagem do Recife, de edifícios a shopping center os espaços da cidade vem se alterando significativamente. Entretanto, essa transformação é questionável a partir do momento em que se analisa a quais interesses essas mudanças atendem e a quem elas estão destinadas. O caso de maior notabilidade na cidade, com certeza, é o do Cais José Estelita, pelo menos na última década. O Cais, abandonado pelo poder público, localizado no bairro de São José, centro da cidade, abrigava a segunda linha férrea mais antiga do país e estava comportado em um terreno de cerca de mais de 100 mil m². O terreno e o cais foram arrematados por um consórcio de empresas imobiliárias em um leilão coordenado pela Prefeitura do Recife no ano de 2008. Do ano em que ocorreu o leilão até o ano de 2012, quando o primeiro desenho do projeto Novo Recife foi apresentado, vários questionamentos foram levantados em relação às irregularidades do leilão e ao projeto em si, pois, o enorme plano urbanístico modificaria por completo o espaço arrematado com torres e edifícios empresariais e residenciais. O anúncio mobilizou movimentos sociais, urbanistas, arquitetos, sociólogos, artistas, parte da sociedade civil e trouxe à tona o debate sobre o direito à cidade e a ocupação dela no Recife. Manifestações contra o projeto surgiram e na linha de frente dessa contestação estava o movimento Ocupe Estelita que refutou o desenho inicial do projeto e foi o grande responsável pelas manifestações contrárias ao plano, ganhando notoriedade nacional e até internacional.

O debate sobre a ocupação e o direito à cidade tem sido um dos principais temas colocado em pauta atualmente e desde de o início do século quando se fala de urbanização. A pauta traz ao questionamento, e análise, o fato da privatização das cidades feita pelo capitalismo. Um dos principais intelectuais do assunto é o geógrafo britânico David Harvey, em seu livro *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*, publicado em 2012, ele elabora o seu conceito sobre o direito à cidade através de uma análise crítica do mesmo conceito também elaborado pelo filósofo marxista e sociólogo francês Henri Lefebvre. Este trabalho busca, através do conceito de Harvey em análise ao que ocorreu no Cais José Estelita, entender como essa privatização dos espaços urbanos ocorrem e quais as consequências dela para a cidade e para a população, assim como, a quem essas privatizações de espaço atendem.

DAVID HARVEY E O DIREITO À CIDADE

O conceito do *direito à cidade* é abordado pelo geógrafo marxista inglês David Harvey em sua obra, publicada em 2012, *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*, onde dedica metade da obra ao assunto. Em seu livro, Harvey defende a tese de



que o ressurgimento da ideia do direito à cidade nas últimas décadas não se deve ao legado intelectual de Lefebvre, mas ao poder e a importância dos movimentos sociais urbanos no que diz respeito às contestações acerca das características da vida urbana cotidiana. Segundo ele, a ideia do direito à cidade na atualidade “surge basicamente das ruas, dos bairros, como um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempos de desespero” (HARVEY, 2014, p.15). Entretanto, a importância do legado de Lefebvre é reivindicado por ele ao reconhecer a tarefa política do sociólogo de reconstituir e imaginar um novo tipo de cidade a partir da realidade capitalista globalizante e urbanizadora:

Somente quando a política se concentrar na produção e reprodução da vida urbana como processo de trabalho essencial que dê origem a impulsos revolucionários será possível concretizar lutas anticapitalistas capazes de transformar radicalmente a vida cotidiana. Somente quando se entender que os que constroem e mantêm a vida urbana têm uma exigência fundamental sobre o que eles produziram, e que uma delas é o direito inalienável de criar uma cidade mais em conformidade com seus verdadeiros desejos, chegaremos a uma política do urbano que venha a fazer sentido (HARVEY, 2014, p.21).

Com o desígnio de explicitar sua definição do conceito, Harvey destaca que o tipo de cidade que queremos está relacionada a que tipo de pessoas que queremos ser, que tipos de relações sociais buscamos, que relações com a natureza nos satisfazem, que estilo de vida desejamos levar, quais são nossos valores estéticos. Para ele, o direito à cidade é “muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos” (HARVEY, 2014, p.28). Conforme o geógrafo o direito à cidade irá depender do exercício do poder coletivo sobre o processo de urbanização:

Reivindicar o direito à cidade no sentido que aqui proponho equivale a reivindicar algum tipo de poder configurador sobre os processos de urbanização, sobre o modo como nossas cidades são feitas e refeitas, e pressupõe fazê-lo de maneira radical e fundamental (HARVEY, 2014, p.30).

Harvey defende a tese de que o capitalismo em sua busca por mais-valia sempre irá produzir excedentes de produção exigidos pela urbanização, ao mesmo tempo em que precisará da urbanização para absorção desse excedente produtivo que não deixa de ser produzido. No sistema capitalista o excedente deixa de ser consumido para satisfazer prazeres e é reinvestido em mais produção, sendo o resultado desse reinvestimento a expansão da produção de excedentes havendo uma eterna necessidade de se encontrar esferas rentáveis para a produção e absorção do excedente de Capital.



Citando como exemplo o papel da urbanização na crise de 1848 na França e a estabilização depois da segunda guerra nos Estados Unidos, ele irá destacar como desdobramento desse processo a criação de um novo estilo de vida urbana e de um novo tipo de persona urbana vinculada ao consumismo, além do surgimento de movimentos revolucionários ou contestatórios dessas novas ordens urbana, assim como, a crise global provocada pela explosão da bolha imobiliária em 1973 nos Estados Unidos que se repetiu em uma escala mais ampla em 2008.

Como em todas as fases anteriores, essa expansão muito recente e radical do processo urbano trouxe consigo incríveis transformações no estilo de vida. A qualidade da vida urbana tornou-se uma mercadoria para os que têm dinheiro, como aconteceu com a própria cidade em um mundo no qual o consumismo, o turismo, as atividades culturais e baseadas no conhecimento, assim como o eterno recurso à economia do espetáculo, tornam-se aspectos fundamentais da economia política urbana, inclusive na Índia e na China. A tendência pósmoderna a estimular nichos de mercado, tanto nas escolhas de estilo de vida urbano quanto de hábitos de consumo e formas culturais, envolve a experiência urbana contemporânea em uma aura de liberdade de escolha no mercado, desde que você tenha dinheiro e possa se proteger da privatização da redistribuição da riqueza por meio da florescente atividade criminosa e das práticas fraudulentas e predatórias (cuja escalada é onipresente). É um mundo em que a ética neoliberal do intenso individualismo, que quer tudo para si, pode transformar-se em um modelo de socialização da personalidade humana. Seu impacto vem aumentando o individualismo isolacionista, a ansiedade e a neurose em meio a uma das maiores realizações sociais (pelo menos a julgar por sua gigantesca escala e pelo fato de ser quase onipresente) já criadas na história humana para a concretização de nossos mais profundos desejos. (HARVEY 2014, p.46-47)

Segundo David Harvey, as falhas no sistema estão explícitas na vida em cidades cada vez mais divididas, fragmentadas e inclinadas ao conflito onde o resultado da divisão de riqueza e poder estão inscritas na formas espaciais da cidade, tendo a urbanização desempenhado papel crucial na absorção do excedente de Capital numa escala cada vez maior utilizando o processo de destruição criativa e formas predatórias que resultam no deslocamento e desproporção das massas urbanas do *direito à cidade*. Ele ressalta que, rebeliões na história tiveram origens nessas situações e que, na atualidade, as respostas políticas para essas situações são mais complexas, embora reconheça que “os sinais de revolta estão por toda parte” (HARVEY, 2014, p.60). Segundo ele, deveria haver uma união dos movimentos de oposição em torno da reivindicação do *direito à cidade*, tendo como exigência:



[...] maior controle democrático sobre a produção e o uso do excedente” pois “uma vez que o processo de urbanização é um dos principais canais de uso, o direito à cidade se configura pelo estabelecimento do controle democrático sobre a utilização dos excedentes da urbanização” (HARVEY, 2014, p.61).

Segundo Harvey, tornar-se-á o *direito à cidade* uma palavra de ordem mobilizadora da luta anticapitalista. Entretanto destaca que “Tudo depende de quem conferirá ao significante um significado imanente revolucionário, em oposição ao significado reformista” (HARVEY, 2014, p. 244). Em sua perspectiva aponta que “todos aqueles cujo trabalho está envolvido em produzir e reproduzir a cidade têm um direito coletivo não apenas àquilo que produzem, mas também o de decidir que tipo de urbanismo deve ser produzido, onde e como” (HARVEY, 2014, p.245):

O direito à cidade não é um direito individual exclusivo, mas um direito coletivo concentrado. Inclui não apenas os trabalhadores, mas todos aqueles que facilitam a reprodução da vida cotidiana. Busca-se a unidade em uma diversidade de espaços e locais sociais fragmentados em uma divisão de trabalho inumerável. Por motivos óbvios, porém, trata-se de um direito complicado, devido às condições contemporâneas da urbanização capitalista, assim como à natureza das populações que poderiam lutar ativamente por esse direito. É por esse motivo que o direito à cidade dever ser entendido não como um direito ao que já existe, mas como um direito de reconstruir e recriar a cidade como um corpo político socialista com uma imagem totalmente distinta: que erradique a pobreza e a desigualdade social e cure as feridas da desastrosa degradação ambiental. Para que isso aconteça, a produção das formas destrutivas de urbanização que facilitam a eterna acumulação de capital deve ser interrompida (HARVEY, 2014, p.247).

Para uma revolução urbana propõe a articulação das lutas trabalhistas e populares, a redefinição do conceito de trabalho rumo à sua ampliação, onde o trabalho estará vinculado à produção e reprodução da vida cotidiana urbanizada e, por fim, o mesmo status entre as lutas dos trabalhadores pela recuperação da mais-valia nos espaços em que eles vivem e as lutas nos diferentes pontos de produção da cidade. Harvey defende a criação de um movimento anticapitalista cidadão onde este será resultado dos conflitos urbanos consolidados em um nível mais alto de generalidade para não retroceder a um reformismo ao nível de estado.

OCUPAR! RESISTIR!

O consórcio Novo Recife é formado pelas construtoras Moura Dubeux, Queiroz Galvão e GL Empreendimentos. O consórcio arrematou em leilão a área da antiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA) que era a segunda linha férrea mais antiga do país e onde estava localizado o cais José Estelita, no bairro de São José, centro do Recife. O projeto inicial previa a construção de 12 torres residenciais e comerciais de alto padrão com até 40 andares onde o preço do metro quadrado valeria em torno de R\$ 5,5 mil a R\$ 7,5 mil, além de estacionamentos com capacidade para cerca de cinco mil veículos, fazendo da região uma das mais caras da cidade. Em Fevereiro de 2012 o consórcio anunciou o início das obras no Cais José Estelita.

No mesmo ano, quatro anos após o leilão do terreno, iniciaram-se as mobilizações do Movimento Ocupe Estelita. Contrários ao projeto imobiliário, o movimento entendia o plano apresentado como prejudicial a cidade, tendo em vista que não haviam apresentações de relatórios de impacto ambiental, além do projeto ser completamente desproporcional a maior parte das edificações já existentes na região. Professores, Arquitetos, Estudantes e Movimentos Sociais começaram a se organizar para protestar contra o Novo Recife.

O primeiro ato de ocupação da área ocorreu em 15 de Abril de 2012, ainda sob o mandato do então prefeito da Cidade do Recife, João da Costa (PT - PE). Faltando 3 dias para o fim de seu mandato, em uma sessão realizada a portas fechadas, no dia 28 de Dezembro de 2012, o Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU) aprovou o projeto imobiliário. No ano seguinte, a intensificação da batalha judicial aumentou em relação ao andamento do projeto, ao mesmo tempo, o movimento ocupava o local e realizava eventos aumentando sua resistência contrária ao Novo Recife. Um desses eventos se chamou Estelita +1, onde os manifestantes ocuparam o cais promovendo exposição de fotografias, apresentações teatrais e dança, shows, palestras e plantio de árvores.

“A luta do movimento Ocupe Estelita é para que a cidadania ocupe o cais por meio da observância da legislação vigente; da inclusão popular no desenho das oportunidades para a área do centro sul da capital pernambucana; do respeito ao meio ambiente e do investimento imobiliário responsável”, explicou o grupo na página Direitos Urbanos na internet”² (BUENO, 2014)

Depois da anulação da aprovação do projeto pelo CDU da prefeitura, a Câmara de Vereadores do Recife aprovou o projeto 23/2013 de autoria do então prefeito Geraldo Júlio (PSB - PE). O projeto de lei transferia o Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU) da Secretaria de Planejamento para a Secretaria de Mobilidade e Controle Urbano, essa



decisão foi alvo de protestos por parte de entidades como o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU - PE) a Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Pernambuco (OAB - PE), além do grupo de Direitos Humanos, contrários à mudança.

Em 28 de Dezembro de 2013, a Prefeitura da Cidade do Recife aprovou novas medidas em relação ao projeto, com exigências de ações que compensasse causados pela construção, com um valor de compensação que chegava a R \$62,7 milhões. Ao mesmo tempo, tramitava na justiça cinco ações questionadoras do projeto, sendo três ações populares, uma civil pública do Ministério Público Estadual e uma do Ministério Público Federal, chegando a 12 processos no ano de 2019, segundo o Movimento Ocupe Estelita. No ano de 2014, em 21 de Maio, o Consórcio deu início a demolição dos galpões que estavam no terreno; no dia seguinte os manifestantes ocuparam o terreno para impedir a demolição.

Ao longo dos anos houve embates na justiça e várias ocupações da área pelos manifestantes. O projeto novo Recife causou polêmica desde o primeiro momento pela pretensão e desproporcionalidade do projeto em relação ao espaço que ele ocuparia. O projeto passou por modificações, mas desde o seu anúncio do projeto um Movimento Ocupe Estelita se fez firme na contestação do plano imobiliário, um dos principais questionamentos do grupo era a quem aquela região iria passar a atender. O movimento foi persistente na ocupação em prol de uma área de extrema significância e importância para a história da cidade do Recife e, com isso, conseguiram chamar atenção não apenas nacionalmente, mas internacionalmente, trazendo e reacendendo novamente o debate em torno do direito à cidade. No dia 30 de Março de 2019, o movimento realizou atividades culturais no local antes de desmontar o acampamento encerrando mais uma ocupação. No dia seguinte, 31 de Março, o Consórcio Novo Recife finalizou a demolição dos dois armazéns no Cais José Estelita.

UMA OUTRA QUESTÃO...

Em 2020 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou o estudo da Síntese de Indicadores Sociais (SIS) de 2019. Nele a cidade do Recife aparece como a capital mais desigual do país atingindo a marca de 0,612 no índice GINI, ficando acima da média nacional que foi de 0,543. Além disso, segundo o mesmo estudo, 7% da população da cidade, ou seja, 115 mil pessoas, se encontram abaixo da linha da pobreza.

O cenário descrito pelo estudo do IBGE é claro e visível na cidade, basta olhar para o Recife que você encontrará seus contrastes e disparidades em todas as suas formas. Prédios e edifícios de alto luxo ao lado de comunidades e favelas, pessoas em situação de rua,



verticalização da cidade sem planejamento urbano, de um lado você tem aqueles que possuem poder aquisitivo que lhes permitem e garantem uma vida confortável, do outro você aqueles que muitas vezes sequer possuem um local para viver.

Se a cidade pertence a todos os seus cidadãos, por que apenas uma determinada parcela dela é quem realmente tem direitos sobre ela? O cenário da cidade reflete a sua formação e estruturação histórica. Estrutura essa herdada do período colonial açucareiro escravocrata. Enquanto no passado se tinha senhores de engenho possuidores de terras, propriedades e direitos, do outro lado uma população escravizada e desprovida de qualquer direito imaginável. Essa forma de organização serviu de base para o sistema capitalista que transforma tudo em mercadoria, negociável e ferramenta de produção de lucro e capital, onde quem possui mais poder aquisitivo continua a possuir mais direitos, sob todas as coisas. Antes os senhores de engenho e escravos, agora, os donos de capital, a sociedade capitalizada e os trabalhadores e a população que está à margem da sociedade tendo todos os seus direitos violados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Claramente o Projeto Novo Recife atende a uma ótica de produção de lucro e capital através da privatização do espaço geográfico. Com ajuda e apoio do poder público, o projeto vem se concretizando e descaracterizando a paisagem da cidade, criando mais um espaço segregatório dentro dela e dentre tantos outros que ela já possui. Com a construção de novos edifícios a prefeitura passa a receber mais taxas de IPTU de um único lugar, além de receber um valor significativo pela venda de terrenos. As construtoras e imobiliárias também lucram exponencialmente com a venda dos imóveis, o preço dos apartamentos em duas das 13 torres que serão construídas no local variam de preço entre R\$2,3 milhões e R\$3,1 milhões. Obviamente que com esses valores há uma classe específica que poderá fazer aquisição desses imóveis. Então, a quem o projeto beneficia? Quem poderá ter acesso e poderá usufruir desse novo espaço? Certamente a elite econômica.

O Cais José Estelita possuía uma área significativa do bairro de São José que poderia ter sido revitalizada já que fazia parte da história da cidade, ou, caso não fosse revitalizado, o espaço poderia ser utilizado para demandas públicas; a construção de um habitacional de moradia popular ou um parque público, por exemplo. Entretanto, nenhuma dessas alternativas são lucrativas, do ponto de vista econômico. Para David Harvey, o resultado da divisão de riquezas e poder está inscrito nas formas espaciais da cidade. Seguindo essa ideia do geógrafo, o Projeto Novo Recife é um excelente exemplo dessa disparidade



social. Não muito longe do projeto imobiliário, facilmente você encontrará pessoas em situação de miséria e vulnerabilidade, em situação de rua e passando fome, enquanto um empreendimento onipotente é construído ao lado de toda essa violação, num terreno que pertencia ao poder público e que foi leiloadado pela prefeitura da cidade. Outros empreendimentos também estão sendo construídas em regiões próximas ao Novo Recife como o Hotel Marina que fica próximo ao Cais de Santa Rita; as próprias “Torres Gêmeas” como são conhecidos os dois edifícios já construídos próximo ao Cais também são outros exemplos.

Projetos e construções como essas reforçam uma segregação social dos espaços e explicitam ainda mais o descaso e a falta de interesse público em realmente garantir qualidade de vida para todas as pessoas. O único e real interesse por trás dessas relações público-privado, no que diz respeito ao espaço geográfico das cidades, é o econômico, que sempre irá favorecer a quem tiver poder em detrimento das demais camadas sociais menos abastadas.

REFERÊNCIAS

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

“Ocupar, Resistir: O movimento Ocupe Estelita na cidade do Recife | Revista Três Pontos” <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistatrespontos/article/view/12071>. Acessado em: 16/07/2022

Cais José Estelita: confira linha do tempo das polêmicas envolvendo o Projeto Novo Recife <https://g1.globo.com/pe/paranaguaba/noticia/2019/03/26/cais-jose-estelita-confiralinha-do-tempo-das-polemicas-envolvendo-o-projeto-novo-recife.ghtml>. Acessado em: 20/07/2022

BUENO, Chris. (2014), “Ocupe Estelita: movimento social e cultural defende marco histórico em Recife”.

<http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252014000400003>. Acessado em: 20/07/2022



Recife tem maior desigualdade entre capitais em 2019 e PE fica em terceiro no país em concentração de renda, diz IBGE <https://www.google.com/amp/s/g1.globo.com/google/amp/pe/pernambuco/noticia/2020/11/12>

</recife-tem-maior-desigualdade-entre-capitais-em-2019-e-pe-fica-em-terceiro-no-pais-emconcentracao-de-renda-diz-ibge.ghtml>. Acessado em: 20/09/2022

Depois do Ocupe Estelita, primeiros apartamentos do Novo Recife, de até R\$ 3,1 milhões, ganham forma e vista. Veja imagens <https://jc.ne10.uol.com.br/economia/2021/05/amp/12125173-depois-do-ocupe-estelitaprimeiros-apartamentos-do-novo-recife-de-ate-rs-31-milhoes-ganham-forma-e-vistaveja-imagens.html>. Acessado em: 20/09/2022.